



Relatório e Contas

2018



INDICE

Relatório de Gestão	4
Introdução	4
Atividades Desenvolvidas	4
Evolução Esperada da Atividade	4
Análise da situação económica e financeira.....	4
Análise da situação económica	4
Análise da situação financeira	7
Execução Orçamental.....	7
Eventos subsequentes.....	8
Menções obrigatórias.....	9
Aplicação de resultados.....	9
Demonstrações Financeiras	10
Balanço a 31 de Dezembro de 2018.....	11
Demonstração dos Resultados por naturezas a 31 de Dezembro de 2018.....	12
Demonstração dos Resultados por funções a 31 de Dezembro de 2018.....	13
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais a 31 de Dezembro de 2018	14
Demonstração dos Fluxos de Caixa a 31 de Dezembro de 2018.....	15
Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados	16
1. Identificação da Entidade.....	16
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	17
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	17
3.1. Bases de Apresentação	17
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	19
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	26
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	26
6. Custos com Empréstimos Obtidos	27
7. Inventários	28
8. Rédito	28
9. Subsídios do Governo e apoios do Governo	28
10. Imposto Sobre o Rendimento	29
11. Benefícios dos empregados	29
12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	30
13. Outras Informações.....	30
a) Investimentos Financeiros.....	30



b) Outras contas a receber	30
c) Diferimentos.....	31
d) Caixa e Depósitos Bancários	31
e) Fundos Patrimoniais	31
f) Fornecedores.....	32
g) Estado e Outros Entes Públicos	32
h) Outras Contas a Pagar	32
i) Subsídios, doações e legados à exploração.....	32
j) Fornecimentos e Serviços Externos.....	33
k) Outros Rendimentos e Ganhos	33
l) Outros Gastos e Perdas	33
m) Resultados Financeiros.....	34
n) Acontecimentos após data do balanço	34



Relatório de Gestão

Introdução

A apresentação do relatório e contas, assume-se para nós como um momento de capital importância na vida da nossa Associação, pois, é a ocasião a partir da qual, se torna possível medir a diferença entre as atividades esperadas e as realizadas, bem como a maior ou menor capacidade, que os seus dirigentes manifestaram em lidar com problemas e dificuldades inerentes à vida da Associação.

Atividades Desenvolvidas

As atividades planeadas para o exercício de 2018, são aquelas que se encontram plasmadas no plano de atividades e orçamento para o ano de 2018, aprovado em Assembleia-geral de sócios.

Evolução Esperada da Atividade

A evolução esperada da atividade da Associação, terá como base a sua missão, e consistirá na continuidade da realização do seu objeto social, sempre orientadas para a melhoria da qualidade de vida dos associados e população em geral.

Análise da situação económica e financeira

Análise da situação económica

A situação económica da Associação, no exercício de 2018, apresenta a evolução que seguidamente se demonstra, no que respeita a rendimentos e gastos.

O resultado líquido de exercício, cifrou-se em 2.374,62€.

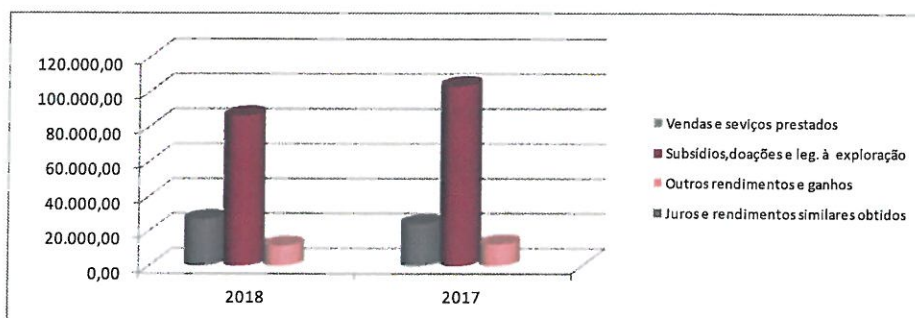
Em termos da estrutura de Rendimentos e Ganhos e Gastos e Perdas, e analisando as grandes rubricas, a sua decomposição é a seguinte:



Rendimentos e Ganhos

Rubricas	2018	2017
Vendas e serviços prestados	26.762,24	24.231,66
Subsídios,doações e leg. à exploração	86.271,89	103.324,17
Outros rendimentos e ganhos	11.697,56	12.654,81
Juros e rendimentos similares obtidos		
Total	124.731,69	140.210,64

(valores em euros)



O total de rendimentos e ganhos realizados durante o ano de 2018 foi de 124.731,69€.

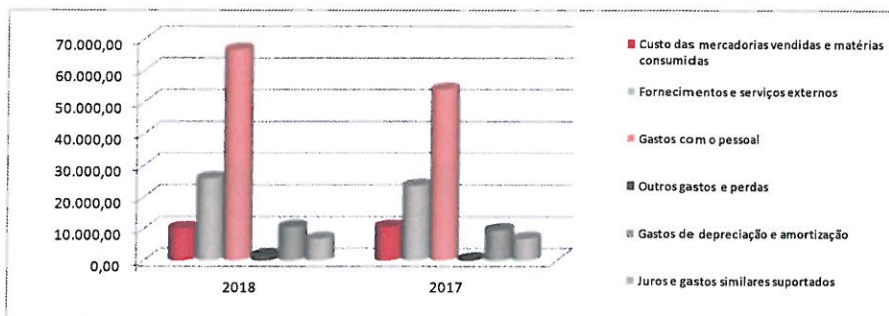
Da análise à estrutura desta rubrica no exercício de 2018, notam-se como mais relevantes e materiais os subsídios, doações e legados à exploração com cerca de 69,17% do valor total de Rendimentos e Ganhos.

Comparativamente com o exercício de 2017 constata-se uma diminuição de cerca de 11% nos rendimentos e ganhos, consequência da diminuição na rubrica de Subsídios, doações e legados à exploração.

Gastos e Perdas

Rubricas	2018	2017
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	10.296,05	10.719,13
Fornecimentos e serviços externos	26.023,66	23.737,33
Gastos com o pessoal	66.632,23	54.067,42
Gastos de depreciação e amortização	10710,65	9724,29
Outros gastos e perdas	1.649,10	488,58
Juros e gastos similares suportados	7.045,38	7.078,58
Total	122.357,07	105.815,33

(valores em euros)



O total de gastos e perdas realizados durante o ano de 2018 foi de 122.357,07€.

Da análise à estrutura de gastos e perdas do exercício de 2018, notam-se como mais relevantes e materiais os Gastos com pessoal com 51,05% do total e os Fornecimentos e serviços externos com 19,94% do total de gastos e perdas do período.

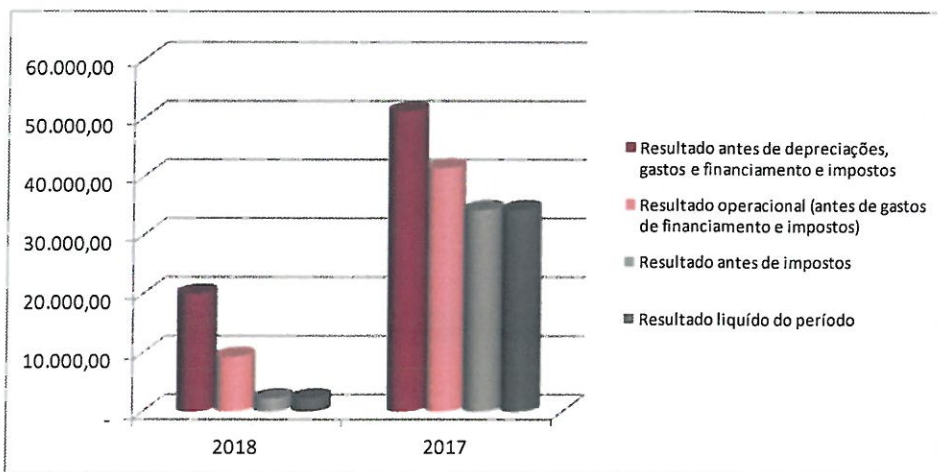
Comparativamente com o exercício de 2017 constata-se um aumento nos gastos e perdas de cerca de 15,63%, consequência do acréscimo na rubrica de “Outros gastos e perdas”.

A anteriormente referida Portaria 106/2011 e Decreto-Lei nº 36/A-2011 de 09 de Março de 2011, que aprovam o Código de Contas Específico para as Entidades do Sector não Lucrativo não trouxe modificações à classificação dos gastos apresentados.

Resultados

Rubricas	2018	2017
Resultado antes de depreciações, gastos e financiamento e impostos	20.130,65	51.198,18
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	9.420,00	41.473,89
Resultado antes de impostos	2.374,62	34.395,31
Resultado líquido do período	2.374,62	34.395,31

(valores em euros)





O desempenho económico da Associação no ano de 2018, como se verifica, foi positivo (resultado líquido do período de 2.374,62€).

Comparativamente com o ano anterior verifica-se um resultado inferior, consequência do aumento dos Custos com o pessoal e Outros gastos e perdas.

Análise da situação financeira

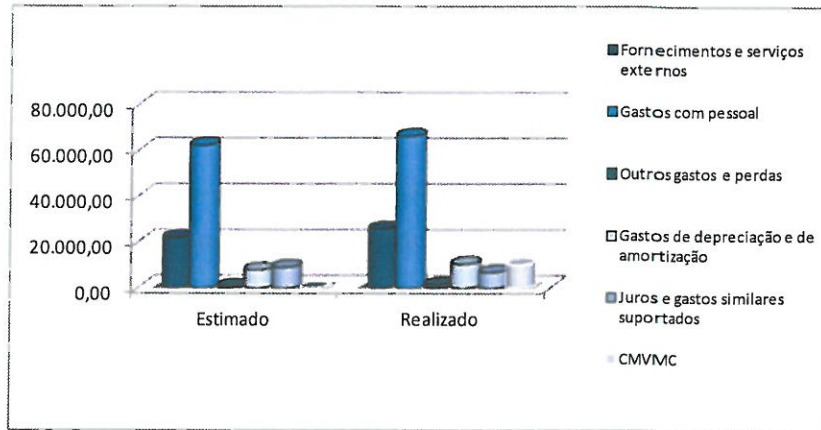
Da análise ao balanço, constata-se o equilíbrio da estrutura financeira da Associação, sustentado pelos rácios, de **autonomia financeira**, apurado em cerca de **56.33%** e de **liquidez geral** apurado em cerca de **2.29** que, comparativamente com o ano 2017, apresenta uma ligeira diminuição dos indicadores conforme quadro seguinte:

	2018	2017
Actividade Consolidada		
Volume de Negócios	26.762,24	24.231,66
Resultado antes de depreciações, gastos e financiamento e impostos	51.198,18	7.600,66
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	41.473,89	7.190,12
Resultado líquido do período	34.395,31	4.402,50
Cash-Flow (1)	45.105,96	14.126,79
Activo Líquido	440.299,92	409.259,42
Capitais Próprios	248.019,06	250.564,75
Passivo	192.280,86	158.694,67
Rentabilidade dos Capitais Próprios (2)	13,87%	1,76%
Rentabilidade do Activo (2)	7,81%	1,08%
Passivo / Capitais Próprios	77,53%	63,33%
Liquidez Geral	2,29	2,58
Autonomia Financeira	56,33%	61,22%

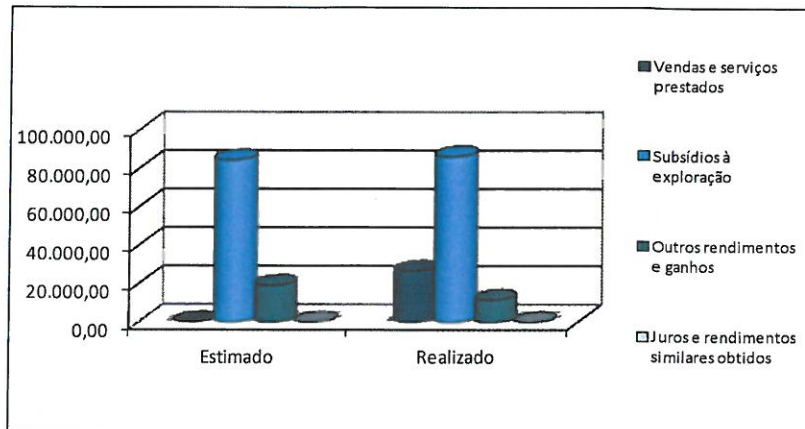
Execução Orçamental

Rubricas	Estimado	Realizado	Desvio
CMVMC	0,00	10.296,05	0,00%
Fornecimentos e serviços externos	22.167,15	26.023,66	17,40%
Gastos com pessoal	62.555,72	66.632,23	6,52%
Outros gastos e perdas	806,27	1.649,10	104,53%
Gastos de depreciação e de amortização	8.000,00	10.710,65	33,88%
Juros e gastos similares suportados	9.220,00	7.045,38	0,00%
Total de gastos e perdas	102.749,14	122.357,07	19,08%
Vendas e serviços prestados	0,00	26.762,24	0,00%
Subsídios à exploração	84.441,92	86.271,89	2,17%
Outros rendimentos e ganhos	19.215,00	11.697,56	-39,12%
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	0,00%
Total de rendimentos e ganhos	103.656,92	124.731,69	20,33%
Resultado do Período	907,78	2.374,62	161,59%

Gastos e Perdas _ Gráfico



Rendimentos e Ganhos _ Gráfico



No que respeita à realização orçamental, refere-se que a rubrica de gastos e perdas foi realizada em cerca de mais 19,08% do inicialmente orçamentado. Na rubrica de rendimentos e ganhos a realização orçamental foi de 20,33% a mais face ao estimado.

Eventos subsequentes

Não se verificaram eventos subsequentes relevantes para a atividade da Associação entre a data deste relatório e a data de emissão das demonstrações financeiras.



Menções obrigatórias

A associação não tem dívidas perante a Segurança Social, o Estado e os Trabalhadores em situação de mora.

Não ocorreram quaisquer negócios entre a Associação e os seus Diretores.

Aplicação de resultados

Proposta:

Nos termos do relatado e das contas apresentadas em anexo, a Direção da Associação Cabo-verdiana de Sines e de Santiago do Cacém propõe à Mesa da Assembleia-geral o seguinte:

1. Que sejam aprovados o Relatório e Contas do ano de 2018;
2. Que o resultado líquido do exercício seja integrado na rubrica de resultados transitados;

Sines, 30 de Maio de 2019

A Direção:



Demonstrações Financeiras

[Faint, illegible handwritten text and a circular stamp]



Balanço a 31 de Dezembro de 2018

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2018	31-12-2017
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	295.999,58	306.710,23
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros	13.a)	1.059,84	1.045,41
Investimentos em Curso	5		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		297.059,42	307.755,64
Activo corrente			
Inventários			
Clientes			
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos	13.g)		1.054,52
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber	13.b)	139.215,48	90.921,52
Diferimentos	13.c)	804,24	704,47
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	13.d)	3.220,78	8.823,27
Subtotal		143.240,50	101.503,78
Total do activo		440.299,92	409.259,42
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos			
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	13.e)	16.740,82	-17.654,49
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais			
Subtotal		228.903,62	233.823,93
Resultado Líquido do período		2.374,62	34.395,31
Total do fundo do capital	13.e)	248.019,06	250.564,75
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	6	27.478,16	39.252,54
Outras contas a pagar			
Subtotal		27.478,16	39.252,54
Passivo corrente			
Fornecedores	13.f)	3.259,93	752,23
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	13.g)	6.656,24	1.468,42
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	6	47.352,84	38.058,29
Diferimentos	13.c)	84.847,39	63.702,87
Outras contas a pagar	13.h)	22.686,30	15.460,32
Outros passivos financeiros			
Subtotal		164.802,70	119.442,13
Total do passivo		192.280,86	158.694,67
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		440.299,92	409.259,42

O Contabilista Certificado



A Direcção





Demonstração dos Resultados por naturezas a 31 de Dezembro de 2018

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	26.762,24	24.231,66
Subsídios, doações e legados à exploração	9/13.i)	86.271,89	103.324,17
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(10.296,05)	(10.719,13)
Fornecimentos e serviços externos	13.j)	(26.023,66)	(23.737,33)
Gastos com o pessoal	11	(66.632,23)	(54.067,42)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	13.k)	11.697,56	12.654,81
Outros gastos e perdas	13.l)	(1.649,10)	(488,58)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		20.130,65	51.198,18
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(10.710,65)	(9.724,29)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9.420,00	41.473,89
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	13.m)	(7.045,38)	(7.078,58)
Resultados antes de impostos		2.374,62	34.395,31
Imposto sobre o rendimento do período	10		
Resultado líquido do período		2.374,62	34.395,31

O Contabilista Certificado

A Direção

Associação Caboverdeana de Sines e Santiago do Cacem



Demonstração dos Resultados por funções a 31 de Dezembro de 2018

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	8	26.762,24	24.231,66
Custo das vendas e dos serviços prestados	7	-10.296,05	-10.719,13
Resultado bruto		16.466,19	13.512,53
Outros rendimentos	9/13.i)/13.k)	97.969,45	115.978,98
Gastos de distribuição		0,00	
Gastos administrativos		0,00	
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	
Outros gastos	5/11/13.j)/13.l)	-105.015,64	-88.017,62
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9.420,00	41.473,89
Gastos de financiamento (líquidos)	13.m)	-7.045,38	-7.078,58
Resultados antes de impostos		2.374,62	34.395,31
Imposto sobre o rendimento do período	10		
Resultado líquido do período		2.374,62	34.395,31

O Contabilista Certificado

A Direção



Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais a 31 de Dezembro de 2018

(Montantes expressos em Euros)

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe			Total dos Fundos Patrimoniais
		Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	6	(17.654,49)	34.395,31	174.166,38	16.740,82
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Primeira adopção de novo referencial contabilístico					
Alterações de políticas contabilísticas					
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras					
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis					
Excedentes de realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis					
Ajustamentos por impostos diferidos					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8		2.374,62		2.374,62
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8		2.374,62	-	2.374,62
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO					
Fundos					
Subsídios, doações e legados					
Outras operações			228.903,62		228.903,62
	10	-	228.903,62	-	228.903,62
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018	+7+8+10	(17.654,49)	265.673,55	174.166,38	248.019,06

O Contabilista Certificado

Direção

Associação Caboverdeana de Sines e Santiago do Cacem
Associação Caboverdeana de Sines e Santiago do Cacem



Demonstração dos Fluxos de Caixa a 31 de Dezembro de 2018

(Montantes Expressos em euros)

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		26.762,24	24.223,36
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		-37.431,08	-58.306,52
Pagamentos ao pessoal		-53.927,15	-52.477,25
Caixa gerada pelas operações		-64.595,94	-86.560,41
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		66.787,19	90.961,59
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		2.191,25	4.401,18
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		21.160,00	32.970,00
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuizos			
Doações		5.767,00	14.431,00
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		28.810,88	41.678,61
Juros e gastos similares		5.909,86	4.372,51
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento		0,00	
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		-7.793,74	1.349,88
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio		-5.602,49	5.751,06
Caixa e seus equivalentes no início do período		8.823,27	3.072,21
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.c)	3.220,78	8.823,27

O Contabilista Certificado

A Direção

Associação Caboverdeana de Sines e Santiago do Cacem



Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

1. Identificação da Entidade

A Associação Caboverdeana de Sines e Santiago do Cacém, é uma associação sem fins lucrativos, fundada a 3 de Março de 1983, pessoa coletiva n.º 501374981, sediada na Estrada da Costa do Norte n.º 38 F freguesia e concelho de Sines, tendo como objeto social:

- Prosseguir, mediante a concessão de bens e prestação de serviços, o apoio a crianças e jovens, à família, a integração social e comunitária, aos cidadãos na velhice e na invalidez, em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou capacidade para o trabalho;
- Promover e proteger a saúde, nomeadamente, através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- Promover a educação e a formação profissional dos cidadãos e a resolução dos problemas habitacionais da população;
- Prevenir e reparar situações de carência, de disfunção e marginalização social e o desenvolvimento das comunidades a integrar;
- Unir em seu torno toda a comunidade e seus descendentes residentes em Sines e Santiago do Cacém e áreas abrangentes do litoral alentejano com vista a uma convivência de amizade, fraternidade e de cooperação entre povos;
- Manter a comunidade e seus descendentes informados da evolução política, económica e social da República de Cabo Verde;
- Manter a comunidade e seus descendentes informados das leis do país de acolhimento, nomeadamente, “os deveres e direitos do residente”;
- Estabelecer relações de intercâmbios culturais, desportivas e de solidariedade, com entidades e organismos congéneres que se identifiquem com os interesses da comunidade;
- Promover sempre que possível debates, manifestações culturais/desportivos, entre outras ações que não prejudiquem a tranquilidade, os bons costumes e a ordem pública;
- Participar junto das autarquias locais na definição e execução das políticas que dizem respeito aos imigrantes (art.º 4.º alínea i), do Dec. Lei 115/99 de 3 de Agosto);
- Intervir junto das entidades públicas em defesa dos direitos dos imigrantes, no que concerne à sua integração na vida ativa, nomeadamente, nos capítulos de formação profissional, emprego, educação, saúde, habitação, desporto e outros, que visem a sua dignificação e o seu melhor enquadramento na sociedade onde elas se encontrem inseridas;
- Proporcionar aos associados, um espaço condigno de convívio para o desenvolvimento das suas capacidades, principalmente no que diz respeito à sua Identidade Cultural e Exercício da Cidadania;



- Promover um Boletim Informativo com a finalidade de melhor esclarecer e informar aos imigrantes das realidades de Cabo Verde e do País de Acolhimento;
- Procurar, junto das entidades públicas e privadas, meios de financiamento de pequenos projetos de incentivos;
- Rejeitar a todo o custo, qualquer tipo de tráfico de influências nocivas, no seio da organização que podem pôr em risco a sua dignidade, postura e credibilidade, junto das instituições;
- Cumprir e fazer cumprir integralmente o disposto dos Dec. Leis n.ºs 115/99, de 3 de Agosto e 75/2000 de 9 de Maio;
- Prestação de socorros a incêndios e outras ocorrências em acidentes de trabalho ou de outra natureza e serviços que melhore a qualidade de vida dos seus associados e população em geral (art.º 3º dos Estatutos).

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)



3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base no que as Demonstrações Financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.



3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com referência ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo.

Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis necessários para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que, não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros activos fixos tangíveis	4



A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual, caso exista.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se, e somente se, gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Aos bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem carecem de um tratamento contabilístico diferente do bem principal, estando registados numa conta com uma adequada denominação dentro do ativo.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto, a entidade tem em conta a capacidade de permitir atividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.



3.2.3. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem terrenos e edifícios detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital, e não para uso ou para venda no decurso ordinário do negócio.

As “Propriedades de Investimento” são registadas ao custo de aquisição acrescido de dispêndios diretamente atribuíveis, deduzido de quaisquer depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo).

As depreciações são calculadas sistematicamente pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar. As taxas de depreciação decorrem dos anos de vida útil estimados. As depreciações que integram as propriedades de investimento iniciam-se quando estas estiverem disponíveis para uso, numa base de duodécimos, e só cessam na data em que forem desconhecidas ou classificadas como detidas para venda.

Os gastos incorridos (manutenções, reparações, seguros e impostos), a para dos rendimentos/rendas obtidos com propriedades de investimento, são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem.

O justo valor das propriedades de investimento é determinado, para efeitos de divulgação, por um avaliador independente com qualificação profissional relevante e reconhecida, correspondendo a apreços correntes em mercado ativo de propriedades semelhantes.

3.2.4. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” são registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo). Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente, durante um período de 3 anos, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham atividades presentes e futuras para a Entidade, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os dispêndios com desenvolvimento para as quais a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente aos quais seja provável que o ativo venha gerar atividades futuras, são capitalizados. Os dispêndios com a pesquisa e desenvolvimento que não cumpram os critérios atrás referidos, são registados como gastos do período em que são incorridos.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação/retirada, sendo



registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

A Associação não tem no seu ativo à data da elaboração das demonstrações financeiras, ativos intangíveis.

3.2.5. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido proporcionalmente à participação nos capitais próprios dessas entidades, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

De acordo com este método, a quantia escriturada das participações financeiras é ajustada anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das subsidiárias e associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do período. As +participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações dos capitais próprios dessas entidades, por contrapartida da rubrica “Ajustamentos em ativos financeiros”. Adicionalmente, os dividendos recebidos são registados como uma diminuição da quantia escriturada dos investimentos financeiros.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos, ao custo ou custo amortizado. Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação desses investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrarem existir. Os rendimentos obtidos desses investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

3.2.6. Inventários

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa estão mensurados pelo custo de aquisição ou custo histórico.

3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos os “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro, exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:



- Alterações no risco segurado;
- Alterações na taxa de câmbio;
- Entrada em incumprimento de uma das partes;
- Locações, exceto se resultar em perda para o locador ou locatário como resultado de:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros não têm implícitos juros e são apresentadas no balanço pelo seu valor nominal deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas nas rubricas “Perdas por imparidade acumuladas”, por forma a refletir a sua quantia recuperável. As perdas por imparidade são registadas quando ocorram acontecimentos que indiquem, de forma objetiva e quantificável, que parte ou mesmo a totalidade do saldo em dívida não seja recuperável (recebido). O desreconhecimento das dívidas de terceiros ocorre apenas quando os direitos contratuais aos recebimentos resultantes do ativo financeiro se realizarem, expirarem ou são transferidos para outra entidade.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo), deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros (fornecedores e outros) são registadas ao custo e apresentadas no passivo corrente. O seu desreconhecimento verifica-se quando ocorre a liquidação, cancelamento ou expiração dessas dívidas (cessação das obrigações decorrentes dos contratos).



Caixa e Depósitos Bancários

Os valores incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” traduzem-se nos montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários, que não tenham quaisquer restrições de movimentação, sendo reconhecidos no ativo corrente.

3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos pela Entidade como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Entidade não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

3.2.10. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efetivo), deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre



quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

O custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

Loações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que a Associação não tem vigente nenhum contrato de locação à data da elaboração das Demonstrações Financeiras.

3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da*



respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas”.*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos, ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2010 a 2013 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações foram efetuadas pelo método das quotas constantes.

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa de afetação do seu desempenho.

A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada no início e no fim do período de 2016 é a constante do quadro abaixo.



Rubrica	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Rubrica						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	307.518,94	0,00	0,00	0,00	0,00	307.518,94
Equipamento básico	11.983,18	0,00	0,00	0,00	0,00	11.983,18
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	26.194,91	0,00	0,00	0,00	0,00	26.194,91
Outros activos fixos tangíveis	234,90	0,00	0,00	0,00	0,00	234,90
Total	345.931,93	0,00	0,00	0,00	0,00	345.931,93
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	16.913,54	6.150,38	0,00	0,00	0,00	23.063,92
Equipamento básico	2.871,13	1.452,78	0,00	0,00	0,00	4.323,91
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	19.202,13	3.107,49	0,00	0,00	0,00	22.309,62
Outros activos fixos tangíveis	234,90	0,00	0,00	0,00	0,00	234,90
Total	39.221,70	10.710,65	0,00	0,00	0,00	49.932,35
TOTAL LÍQUIDO	306.710,23	-10.710,65	0,00	0,00	0,00	295.999,58

(valores em euros)

6. Custos com Empréstimos Obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídos.

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Descobertos Bancários Contratados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Empréstimos	47.352,84	27.478,16	74.831,00	38.058,29	39.252,54	77.310,83
Total	47.352,84	27.478,16	74.831,00	38.058,29	39.252,54	77.310,83

(valores em euros)

A rubrica de "Outros empréstimos" é composta pela dívida do cartão de crédito 10034908011 (9.979,98€) e existem 2 empréstimos na Crédito Agrícola, 1 deles a curto prazo (6.348,51€) e 1 a médio e longo prazo (43.502,51€).

Em 31 de Dezembro de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Descrição	2018			2017		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	24.979,98	0,00	24.979,98	12.697,60	0,00	12.697,60
De uma a cinco anos	22.372,86	0,00	22.372,86	25.360,69	0,00	25.360,69
Mais de cinco anos	27.478,16	0,00	27.478,16	39.252,54	0,00	39.252,54
Total	74.831,00	0,00	74.831,00	77.310,83	0,00	77.310,83

(valores em euros)



7. Inventários

A 31/12/2018 e a 31/12/2017 os inventários da entidade são:

Descrição	2018	2017
Inventário Inicial	0,00	0,00
Perdas por imparidade em inventários	0,00	0,00
Compras	10.296,05	10.295,37
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00
Inventário final	0,00	0,00
GASTO DO PERÍODO	10.296,05	10.295,37

(valores em euros)

As compras efetuadas durante o exercício de 2018 foram exclusivamente realizadas para o evento das "Tasquinhas 2018".

8. Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	0,00	8,30
Prestação de Serviços		
Quotizações e jóias	2.210,00	2.035,50
Serviços secundários	24.552,24	22.187,86
Total	26.762,24	24.231,66

(valores em euros)

A rubrica de "Serviços secundários" respeita ao rédito obtido com a participação no evento "Tasquinhas 2018".

9. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimento do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos do período em que se tornarem recebíveis.



Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos.

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo		
CMS E Galp Energia	0,00	5.000,00
IEFP	19.559,81	16.444,29
CMS e Repsol	4.000,00	4.000,00
CMS	8.000,00	8.000,00
Instituto Português do Desporto e Juventude	1.606,50	700,00
Total	33.166,31	34.144,29

(valores em euros)

10. Imposto Sobre o Rendimento

Face ao exposto no n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) a entidade esta isenta de Imposto sobre o Rendimento não apresentando valores nestas rubricas.

11. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2018 foi de 8 colaboradores, 3 dos quais pertencem ao Projeto Medida Jovem Ativo do IEFP, e em 2017 foi de 5 colaboradores.

Os gastos incorridos com o pessoal durante o exercício de 2018 e 2017 foram os constantes do quadro abaixo.

Descrição	2018	2017
Remunerações ao Pessoal	57.419,98	47.054,56
Encargos sobre as Remunerações	8.195,77	6.398,77
Seguro de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	876,40	474,77
Outros Gastos como Pessoal	140,08	139,32
Total	66.632,23	54.067,42

(valores em euros)



12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

13. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

a) Investimentos Financeiros

A rubrica de "Investimentos Financeiros" apresentava a 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Investimentos noutras empresas		
Participações de capital - Caixa Agrícola	1.000,00	1.000,00
Outros Investimentos Financeiros (FCT)	59,84	45,41
Total	1.059,84	1.045,41

(valores em euros)

b) Outras contas a receber

A 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica "Outras contas a receber" apresentava a seguinte descrição:

Descrição	2018	2017
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Quotas	47,50	163,00
Outros Devedores	84.799,89	85.758,52
Total	84.847,39	85.921,52

(valores em euros)

A rubrica de "Outros Devedores" inclui os valores a receber referentes ao protocolo FAMI/228 (36.062,17€), PAII 2018 (7.765,80€), FAMI/325 (31.996,51€) e FAMI/301 (8.975,41€).

**c) Diferimentos**

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a reconhecer		
Outros Gastos Diferidos	804,24	704,47
Total	804,24	704,47
Rendimentos a reconhecer		
IEFP	-	2.145,05
Quotizações	47,50	40,00
Protocolo PT/2017/FAMI/228	36.062,17	61.517,82
Protocolo PAII 2018	7.765,80	-
Protocolo PT/2018/FAMI/301	31.996,51	-
Protocolo PT/2018/FAMI/325	8.975,41	-
Total	84.847,39	63.702,87

(valores em euros)

d) Caixa e Depósitos Bancários

A decomposição das contas de Caixa de Depósitos Bancários a 31 de Dezembro de 2018 e 2017 era a seguinte:

Descrição	2018	2017
Caixa		
- Caixa Associação	1.619,54	2.210,61
- Caixa Priori	19,71	19,71
- Caixa Acidi	27,01	27,01
Depósitos à Ordem		
- CGD Associação	801,03	3.439,50
- CGD à Priori	3,07	2.538,69
- Caixa Agrícola	750,42	587,75
Total	3.220,78	8.823,27

(valores em euros)

e) Fundos Patrimoniais

Durante o exercício de 2018 ocorreram as seguintes variações nos “Fundos Patrimoniais”:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Resultados transitados	-17.654,49	34.395,31	0,00	16.740,82
Outras variações no Capital Próprio	233.823,93	0,00	4.920,31	228.903,62
Total	251.478,42	34.395,31	4.920,31	245.644,44

(valores em euros)

O aumento ocorrido na rubrica de “Resultados Transitados” durante o exercício de 2018, diz respeito à transferência do Resultado Líquido do Exercício de 2017, conforme proposta de Aplicação de Resultados.

**f) Fornecedores**

No final do exercício de 2018 e de 2017, o saldo da rubrica de “Fornecedores”, é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	3.259,93	752,23
Total	3.259,93	752,23

(valores em euros)

g) Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Activo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		1.054,52
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	231,95	348,86
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.232,73	222,36
Segurança Social	5.159,29	890,51
FCT/FGCT	32,27	6,69
Total	6.656,24	1.468,42

(valores em euros)

h) Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018 Corrente	2017 Corrente
Credores por Acréscimo de gastos		
Remunerações a pagar	4.833,36	4.537,44
Outras acréscimos	485,57	281,42
Outros credores	17.367,37	10.641,46
Total	22.686,30	15.460,32

(valores em euros)

A rubrica de “Outros Credores” engloba a dívida à Presidente da Associação Gracinda Margarida da Luz (6.203,23€).

i) Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio e doações:



Descrição	2018	2017
Subsídios de outras entidades	47.338,58	49.118,63
Doações	5.767,00	20.061,25
Total	53.105,58	69.179,88

(valores em euros)

A rubrica de “Subsídios de Outras Entidades” engloba o valor do protocolo do FAMI (45.148,22€) e do protocolo do PAII (2.190,36€).

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

j) Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Serviços especializados	5.020,11	5.063,56
Materiais	4.520,67	4.981,33
Energia e fluidos	2.784,89	1.916,13
Deslocações, estadas e transportes	2.416,28	1.337,40
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	2.844,52	3.644,52
Comunicação	2.947,58	1.935,53
Seguros	1.014,81	875,98
Contencioso e Notariado	37,24	-
Limpeza, Higiene e Conforto	352,69	2.278,90
Outros Serviços	4.084,87	1.703,98
Total	26.023,66	23.737,33

(valores em euros)

k) Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	11.697,56	12.654,81
Total	11.697,56	12.654,81

(valores em euros)

A rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos” é composta, essencialmente, pela imputação do subsídio ao investimento (4.920,31€).

l) Outros Gastos e Perdas

A rubrica de “Outros Gastos e Perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:



Descrição	2018	2017
Impostos	92,00	150,00
Outros Gastos e Perdas	1.557,10	338,58
Total	1.649,10	488,58

(valores em euros)

m) Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	4.986,40	5.499,06
Outros gastos e perdas de financiamento	2.058,98	1.579,52
Total	7.045,38	7.078,58
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados financeiros	-7.045,38	-7.078,58

(valores em euros)

n) Acontecimentos após data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direção da Associação a 30 de Maio de 2019.

Sines, 30 de Maio de 2019

O Contabilista Certificado

A Direção